

## N. 24/12 83 **Coerência** p.1 lead **de princípios** **na conquista da paz**

Não se escolhe a Geografia. Duas nações são vizinhas, não por opção mas por imposição natural e inelutável. Duas nações podem conter sistemas políticos diferentes, concepções de sociedade radicalmente opostas e isso acontece em todos os continentes. A existência dessas diferenças não é necessariamente causadora de conflitos e guerras.

A República Popular de Moçambique deseja a Paz. A conquista da Paz foi sempre o objectivo dos sacrifícios do Povo moçambicano. A tranquilidade é condição primeira para o desenvolvimento económico, para conquistarmos o bem-estar, para eliminarmos a fome e o subdesenvolvimento.

A República Popular de Moçambique não é contra a nação sul-africana. A África do Sul é um país. Somos sim, abertamente contra a instituição do racismo como política, somos contra o «apartheid», contra a política dos bantustões, contra o militarismo, contra a colonização da Namíbia.

Partilhamos afinal da posição universal de condenação de um sistema que instituiu como estrangeiros ou cidadãos de segunda categoria todos os homens que não sejam de raça branca. Esta atitude condenatória têm-na os próprios parceiros da África do Sul, têm-na os países desenvolvidos que mantêm relações económicas e comerciais mais estreitas com a RAS. São inúmeros também os países ocidentais que autorizam o estabelecimento em seus territórios, de representações do Congresso Nacional Africano e da SWAPO.

As razões invocadas pelos militaristas de Pretória para agredir a República Popular de Moçambique têm que, forçosamente, ser outras. Basta percorrer a história desta região para encontrar os verdadeiros motivos dessa agressividade. A RAS atentou contra o nascimento e contra a existência de Moçambique. Numa conferência de Imprensa concedida há dias em Bissau, o Presidente Samora Machel lembrou a divisa que desde há muito conduz as acções sul-africanas: «Quando a casa do vizinho arde o outro vizinho sabe o que tem a fazer». Este lema norteou a acção militar sul-africana no interior do território moçambicano, lutando lado a lado com o exército colonial português. Na altura, o pretexto era a defesa de Cahora Bassa. O Governo de Pretória defendia, sem reservas, a concessão da independência de Moçambique ... a norte do rio Zambeze.

A agressão sul-africana, depois da Independência Nacional, utilizou como intermediário o exército do regime ilegal de Ian Smith. Depois do nascimento do Zimbabwe passaram a utilizar os bandos armados que eles próprios se encarregam de criar, treinar, abastecer e comandar.

Sob pretexto de que existem bases do ANC em Moçambique o exército sul-africano tem agredido directamente Moçambique. Jornalistas e embaixadores de todo o mundo

puderam observar os locais agredidos e comprovaram a falsidade do pretexto.

A verdade é esta: sem a África do Sul os bandidos armados não existiriam nem teriam qualquer possibilidade de sobrevivência. Internacionalmente, Pretória procura justificar a criação dos bandidos armados estabelecendo um paralelismo com a luta do Povo sul-africano pela sua liberdade.

Esse paralelo é, obviamente, falso e ninguém a não ser os próprios gestores do «apartheid» lhe pode dar crédito.

A existência do ANC encontra raízes profundas e antigas dentro da África do Sul. O ANC existe desde há 71 anos como instrumento de luta pelos direitos elementares da maioria do Povo sul-africano. «Nelson Mandela foi preso quando a FRELIMO ainda não existia», recordou o Presidente Samora Machel na referida conferência de Imprensa. A não ser que se queira responsabilizar o Governo colonial português pelas acções do ANC datadas desse tempo ...

Fica assim claro que toda a responsabilidade da desestabilização na África Austral deve ser imputada ao regime do «apartheid». A comunidade internacional tem compreendido esta situação e o isolamento do regime racista é um facto, dia a dia, comprovado.

A República Popular de Moçambique, como sempre o fez, está disposta a ser um sujeito construtor dos princípios de boa vizinhança, da paz e segurança. Esta nossa posição foi expressa durante os três encontros entre delegações do nosso Governo e o de Pretória. O Presidente Samora Machel, falando em Bissau, explicitou os princípios firmes de que jamais abdicaremos:

- não reconhecemos o «apartheid»;
- não sancionamos a política de bantustanização;
- não aceitamos pôr, em causa a solidariedade para com o ANC.

A paz na África Austral é do interesse de todos. Para que ela seja uma realidade é necessário que Moçambique e a África do Sul estabeleçam regras de relacionamento, sobretudo aos níveis militar e económico. A paz na África Austral, como também disse o Presidente Samora Machel, passa pelo estabelecimento de um modo de relacionamento estável entre Moçambique e a África do Sul. Tudo depende afinal da compreensão que os governantes sul-africanos tiverem da sua própria condição histórica e da sua responsabilidade.

A RPM não pretende impor um outro regime na África do Sul. Isso compete única e exclusivamente ao Povo sul-africano. As transformações políticas e sociais na RAS têm por protagonistas os sul-africanos e mais ninguém.

No dia em que um sistema humano e democrático se implante na África do Sul, no dia em que se elimine o «apartheid» e a discriminação, no dia em que todos os sul-africanos forem cidadãos com iguais direitos no seu país, nesse dia a República Popular de Moçambique não hesitará em propor que a África do Sul seja membro de pleno direito da comunidade internacional e da família africana a que sempre pertenceu. A RPM fará isto independente da orientação política que os sul-africanos escolherem para a sua nação.

Esta é a nossa coerência na defesa da Paz. Ao lutarmos pela conquista deste objectivo contribuímos para o desanuviamento na nossa zona e em todo o mundo.